

SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL	9
APRESENTAÇÃO	11
PROCESSO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
Processo e Constituição – Parte I <i>Civil Procedure and Constitution</i> JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO	19
TEORIA GERAL DO PROCESSO	
Interesse processual: de Chiovenda ao CPC 2015 <i>Procedural interest: from Chiovenda to the Brazilian Civil Procedure Code of 2015</i> ANTONIO CARLOS FONTES CINTRA	47
O estabelecimento filial no processo civil (legitimidade <i>ad causam</i> , eficácia da sentença e da coisa julgada e responsabilidade patrimonial) <i>The branch office in procedural law (standing, effect of judgments, res judicata and personal liability)</i> EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA YOSHIKAWA.....	71
A mitigação do princípio da publicidade e a Resolução 121/2010 do CNJ na sociedade da informação <i>The mitigation of the transparency principle and CNJ Resolution 121/2010 on the information society</i> MARCELO GUERRA MARTINS, JOSÉ LUIZ PARRA PEREIRA e RONNY MAX MACHADO.....	123
Tutela atípica de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o “é ruim, mas eu gosto”? <i>Atypical satisfaction of money award. Why do we still have to accept the “it’s bad, but I like it”?</i> SÉRGIO CRUZ ARENHART.....	141
PROCESSO DE CONHECIMENTO (FASE COGNITIVA)	
O direito fundamental à prova e os poderes instrutórios do juiz <i>The fundamental right to evidence and the evidentiary judicial powers</i> LUIS ALBERTO REICHELDT	171

Prejudicialidade e limites objetivos da coisa julgada <i>Preliminarity and objective limits of res judicata</i> ROMMERO COMETTI TIRONI.....	187
TUTELA EXECUTIVA	
A recente Portaria 33 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Lei 13.606/18 e o PePex português: movimentos necessários de busca antecipada de bens do devedor <i>The recent Ordinance n. 33 of the National Treasury General Attorney, the Law 13,606/18 and the Portuguese PePex: necessary movements of the early pursuit of debtor's assets</i> ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO	219
A penhorabilidade das quotas sociais de sociedades limitadas: uma análise do artigo 861 do CPC/2015 <i>Social quotas' attachment in limited liability companies: an analysis about the article 861 of the Brazilian New Code of Civil Procedure</i> LÍVIA LOSSO ANDREATINI.....	241
TUTELA PROVISÓRIA	
Estabilização da tutela provisória e a concepção de estabilidade no Código de Processo Civil de 2015 <i>Stabilization of the provisional guarantee and the conception of stability in the Brazilian Code of Civil Procedure of 2015</i> WILLIAM SOARES PUGLIESE e IGOR MAESTRELLI ZARNICINSKI	259
MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS – PROCESSO NOS TRIBUNAIS	
Julgamento parcial do mérito e a necessidade de aplicação do procedimento recursal adequado <i>Partial merit judgment and the need to apply the appropriate appeal procedure</i> GUILHERME THOFERN LESSA.....	281
Formalismo-valorativo e primazia de mérito: combate à jurisprudência defensiva dos tribunais <i>Value-formalism and the primacy of the merits: combating the defensive case law of the courts</i> MARCELO MAZZOLA	305
TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA	
Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: desmistificando a sua influência e o tema da suspensão de processos em razão da sua admissibilidade <i>Procedural Incident to Decide Common Issues: demystifying its influence and the theme of the suspension of pending lawsuits by its admissibility</i> MATHEUS LEITE ALMENDRA.....	337

TUTELA DIFERENCIADA

- A contagem dos prazos em dias úteis e o sistema dos juizados especiais
Counting deadlines on working days and the system of small claim courts
 ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON e
 ROGÉRIA FAGUNDES DOTI 369
- Mandado de segurança e ação de cobrança: relações e reflexões
Writ of mandamus and collection actions: relations and reflections
 CASSIO SCARPINELLA BUENO 381

DIREITO JURISPRUDENCIAL – JURISPRUDÊNCIA E PRECEDENTES

- A necessidade de meios para superação dos precedentes
The need for means to overrule precedents
 DIERLE NUNES e MARINA CARVALHO FREITAS 433
- O sistema de provimentos vinculantes do CPC/15 e o dever de manutenção da jurisprudência uniforme, estável, íntegra e coerente
The binding precedents in the Code of Civil Procedure of 2015 (the CPC/15) and the requirement to keep the jurisprudence uniform, stable, reliable and coherent
 RAFAEL MOTTA E CORREA 491

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

- La inexplicable persistencia de la valoración legal de la prueba
The inexplicable persistence of the legal pre-established assessment of evidence
 JORDI NIEVA FENOLL 523

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

- Momento “Inovação” para um Judiciário cansado
A moment of “Innovation” for a tired Judiciary
 DENISE TEREZINHA CORREA MELO KRUGER 547
- Mediadores e conciliadores judiciais: sobre a capacitação e a conduta ética
Mediators and conciliators: on training and ethics
 RODRIGO RODRIGUES DIAS 573

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

- Uma análise das decisões dos tribunais brasileiros acerca da atipicidade dos meios executivos à luz do art. 139, IV, do CPC/2015
An analysis of the Brazilian Courts decisions about general executive clauses provided in the article 139, IV – Brazilian Civil Procedure Code
 MARCOS YOUJI MINAMI, NATÁLIA VIANA NOGUEIRA e ORQUÍDEA SAMPAIO MOREIRA 593

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Sucumbência no processo trabalhista em fase recursal – Inadmissibilidade – Alteração introduzida pela Lei 13.467/2017, popularmente conhecida como reforma trabalhista – Direito aos honorários que surge no instante da prolação da sentença de mérito – Se esse crédito não era previsto no ordenamento jurídico nesse momento processual, não cabe sua estipulação com base em lei posterior, sob pena de ofensa ao princípio da irretroatividade da lei. 625

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VALOR DA CAUSA – Ação rescisória com objetivo de desfazimento da constrição judicial – Benefício econômico somente na quota parte – Inadmissibilidade – Afastamento do ato de constrição judicial sobre toda a área vindicada pelo então embargante, não só em benefício de quem propôs a ação rescisória, mas de todos os sucessores – Não importa se quem a propôs fará jus, excepcionalmente, a apenas uma parte desse benefício, por estar representando extraordinariamente os interesses do espólio..... 631

TAXA JUDICIÁRIA – Incidência de correção monetária na complementação de preparo – Inadmissibilidade – Despacho de complementação do preparo que não fez referência à incidência de correção monetária sobre o valor da complementação da taxa judiciária – Princípio da não surpresa na vigência do CPC/1973..... 640

PENHORA – Nulidade – Inocorrência – Atos constritivos praticados durante a suspensão do processo em virtude de falecimento do executado – Medida assecuratória e conservativa de direito, indispensável para assegurar a utilidade e a satisfatividade da execução em curso, tendo em vista seu prolongamento por muitos anos sem perspectiva de adimplemento, que atrai a incidência da exceção do art. 793 do CPC/1973..... 651

PENHORA – Nulidade – Inocorrência – Ausência de intimação do cônjuge do herdeiro – Regra do art. 655, § 2º, do CPC/73, que visa proteger os interesses da cônjuge do executado, proprietário do bem imóvel penhorado, não se aplicando, todavia, a cônjuge do herdeiro do executado – Não arguição da alegada nulidade em momento anterior, ademais, que demonstra ter havido, na hipótese, a denominada nulidade de algibeira, estratégia absolutamente incompatível com o princípio da boa-fé..... 651

RESENHA

O princípio da eficiência no processo civil brasileiro, de Eduardo Luiz Calvacanti Campos
RAVI PEIXOTO 665

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA 669